

EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 1

ORIGEM DA LICITAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO № 022/2018
PROCESSO N°:	P596622/2017
OBJETO:	CONSTITUI O OBJETO DESTA LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO PARA ATENDEDR AS UNIDADES HOSPITALARES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Pregoeiro(a) regulamentado(a) através do Decreto Municipal nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nomeado(a) por Ato juntado ao processo administrativo de que trata esta licitação, devidamente publicados no Diário Oficial do Município, assessorado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no DOM e juntado ao processo, abrirá até horas, data e local abaixo indicados eletronicamente as PROPOSTAS DE PREÇOS referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; na Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512 de 30 de dezembro de 2014 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U. de 24 de janeiro de 2013; e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇO, na forma ELETRÔNICA.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: Por demanda.

3. DA BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002; Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512 de 30 de dezembro de 2014 e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U. de 24 de janeiro de 2013; subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, com suas alterações; e o disposto no presente edital e seus anexos.

4. OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DESTA LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS UNIDADES HOSPITALARES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 2

5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

- **5.1.** O edital está disponível gratuitamente nos sítios <u>compras.fortaleza.ce.gov.br</u> e www.licitacoes-e.com.br.
- **5.2.** O certame será realizado por meio do sistema do Banco do Brasil, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

- 6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 17/01/2018.
- 6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/01/2018, às 10h00min.
- 6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 31/01/2018, às 14h30min.
- **6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de **Brasília/DF.**
- **6.5.** Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

7. DO ENDEREÇO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

- **7.1.** A documentação deverá ser entregue no endereço sito à Rua do Rosário, 77, Centro Ed. Comte. Vital Rolim Sobreloja e Terraço, Fortaleza-CE, CEP 60.055-090.
- **7.2.** A documentação será apresentada em envelope lacrado contendo no anverso o nome do pregoeiro, número do pregão e o nome do órgão.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- **8.1.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza, consignada à dotação orçamentária a seguir discriminada:
- 25.916.10.302.0123.2631.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira HDEBO**.
- 25.914.10.302.0123.2628.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900, dos recursos provenientes do **Hospital Nossa Senhora da Conceição HNSC.**
- 25.910.10.302.0123.2623.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura HDEAM.**
- 25.911.10.302.0123.2624.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira HDMJBO**.
- 25.908.10.302.0123.2621.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900, dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Gonzaga Mota / Barra do Ceara HDGMBC**.







EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 3

9. DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO.

- **9.1.** Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A.
- **9.1.1.** As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio constante no **subitem 5.2** deste edital.
- 9.2. Os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 são destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, o lote 14 está como cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme orientação dos artigos 33 e 35 do Decreto Municipal nº 13.735/2016, e às cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, em consonância com o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como com a Lei Municipal nº 10.350/2015.
- 9.2.1. O lote 13 está disponível para ampla concorrência.
- **9.3.** Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado as microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nas condições previstas no § 4º do artigo 3°, da Lei Complementar n° 123/2006;
- **9.4.** Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como na Lei Municipal nº 10.350/2015 e no Decreto Municipal nº 13.375/2016, fica reservada uma cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do objeto, para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou as cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, de acordo com o previsto no Termo de Referência Anexo I.
- **9.4.1.** Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou as cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, a proposta de preços, deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.
- 9.4.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado, ou apresentem proposta aceitável pela Administração.
- **9.4.3.** Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.
- **9.5**. Será garantida aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate e preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.
- **9.6.** Tratando-se de microempresas, de empresas de pequeno porte e de cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, e que não se encontrem em







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

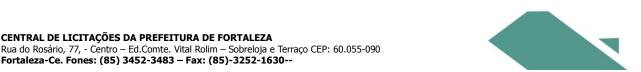
FL. | 4

qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil, o exercício de preferência previsto em Lei.

- 9.7. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.
- 9.8. É vedada a participação de pessoa física e de pessoa jurídica nos seguintes casos:
- **9.8.1.** Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.
- 9.8.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.
- **9.8.3.** Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.
- 9.8.4. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.
- **9.8.5.** Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública.
- **9.8.6.** Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.
- **9.8.7.** Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.
- **9.8.8.** Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação.
- **9.8.9.** Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

- **10.1** Os licitantes deverão enviar suas propostas até a data e hora designadas para a abertura das mesmas, consignando o preço global dos lotes, incluídos todos os custos diretos e indiretos, de acordo com o especificado neste edital.
- **10.2.** Caso exista alguma restrição da documentação exigida para fins de habilitação referente à regularidade fiscal, os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão indica-la no ato do envio das propostas eletrônicas, observado o subitem 10.6 deste edital.
- **10.3.** O campo "Informações Adicionais" será utilizado a critério do licitante, podendo constar o seguinte:
- **a.** Indicação do lote cotado e especificação do objeto da licitação de acordo com o disposto no ANEXO I Termo de Referência deste edital;
- **b.** Indicação da marca e/ou fabricante do produto.





EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **5**

- **10.4.** O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488 de 2007, e que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123 de 2006, no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico do Banco do Brasil.
- **10.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento.
- **10.6.** Será vedada a identificação do licitante.

11. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- **11.1.** Abertas as propostas, o pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no sistema.
- **11.2.** Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais e unitário, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.
- **11.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro e somente estas participarão da etapa de lances.
- **11.4.** Na elaboração da proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no Termo de Referência e no Mapa de Preços, presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele Termo de Referência; e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.

12. DA ETAPA DE LANCES

- **12.1.** O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no **subitem 6.3**, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances, que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- **12.2.** Para efeito de lances, será considerado o valor global do lote.
- **12.2.1.** Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante no Termo de Referência no Anexo I do Edital; e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.
- **12.2.2.** Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.
- **12.2.3.** Em caso de dois ou mais lances de igual valor, prevalece aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **6**

- **12.3.** Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.
- **12.4.** No caso de desconexão entre o pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.
- **12.4.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes, através de mensagem no sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- **12.5.** A etapa inicial de lances terá o tempo inicial mínimo de 5 (cinco) minutos, após o qual será iniciado o tempo randômico, que poderá ser de 1 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico.
- **12.6.** Transcorrido o tempo randômico, o sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada pelo pregoeiro, na sala de disputa, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.
- **12.6.1**. Caso a ME ou EPP melhor classificada seja de outro Estado da Federação e haja ME ou EPP inscrita no Cadastro Geral da Fazenda do Estado do Ceará em situação de empate descrito no parágrafo segundo do artigo 31 do Decreto Municipal 13.735, de 18 de janeiro de 2016, esta poderá apresentar proposta de preço inferior àquela apresentada por ME ou EPP de outro Estado da Federação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.
- **12.6.2.** O disposto no **subitem 12.6** não se aplica quando a melhor oferta válida tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **12.6.3.** Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará a existência de outro em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo outra situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar por encerrada a disputa do lote.
- **12.7.** O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

13. DO LICITANTE ARREMATANTE

- **13.1.** O pregoeiro poderá negociar exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter melhor preço.
- **13.2.** A partir da sua convocação, o arrematante deverá encaminhar imediatamente, no prazo máximo de até 04 (quatro) horas, através de FAX, para o número (85)3252.1630, ou e-mail (licitacao@fortaleza.ce.gov.br), a **proposta de preços** e **a documentação de habilitação**, e no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis a contar do término da sessão virtual, o







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **7**

arrematante deverá entregar, na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, no endereço constante no **subitem 7.1**, os documentos acima mencionados em original ou por cópia autenticada.

- **13.2.1.** O arrematante que efetuar a entrega da <u>proposta de preços</u> e da <u>documentação</u> <u>de habilitação</u>, na sede da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR, em conformidade com o **subitem 13.2**, no prazo de até 04 (quatro) horas, contadas de sua convocação, fica dispensado de encaminhar os mesmos documentos através de FAX ou email.
- **13.2.2.** O não cumprimento da entrega da documentação, dentro dos prazos acima estabelecidos, acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

14. DA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA

- **14.1.** A proposta deverá ser apresentada em via única original e numerada, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do Anexo II Proposta de preços deste edital, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou impeçam a exata compreensão de seu conteúdo, com as especificações técnicas, quantitativos e, quando for o caso, prazo de garantia, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto e demais informações relativas ao bem ofertado.
- **14.2.** O prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- **14.3.** O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital.
- **14.4.** Na cotação do preço unitário, não será admitido o fracionamento do centavo.
- 14.5. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.
- **14.6.** O licitante declarará que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo Pregoeiro ou pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR, como: laudos técnicos de análises do produto, e outras, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.
- **14.7.** Declaração da licitante constando o prazo de garantia dos produtos contra quaisquer defeitos de material, fabricação ou desgaste anormal de seus componentes para os lotes constantes no presente edital que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, bem como, nome, CNPJ, endereço e telefone da empresa prestadora da garantia local.
- **14.7.1** Os licitantes devem apresentar certificado de conformidade com a NR 17: LAUDO EM ATENDIMENTO À NORMA REGULAMENTADORA Nº 17 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E/OU LAUDO DE ENSAIO DE CORROSÃO E/OU CERTIFICADO DO INMETRO.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **8**

- **14.7.2.** Durante o período de garantia quaisquer peças que necessitem de substituição, assim como a visita do técnico, o serão sem ônus para o Município e ainda dará manutenção para o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- **14.7.3.** O tempo máximo de solução de problemas, após o acionamento da garantia, deve ser de até 5 (cinco) dias úteis para região metropolitana de Fortaleza.
- **14.7.4.** Caso os objetos licitados apresentem o mesmo defeito por 03 (três) vezes consecutivas em um período de 30 (trinta) dias corridos, os mesmos deverão ser substituídos por outros novos, sem uso anterior, sem quaisquer ônus adicionais para a SMS, com a mesma ou superior especificação, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis.
- **14.8.** O não cumprimento da entrega da documentação dentro dos prazos estabelecidos acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.
- 14.9. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.
- **14.10**. Os artigos deverão apresentar embalagem e todos os manuais em língua portuguesa.

15. DA HABILITAÇÃO

- **15.1.** O licitante CADASTRADO deverá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR, compatível com o ramo do objeto licitado, e a regularidade trabalhista mediante prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, obrigando-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma do § 2° do art. 32 da Lei Federal n° 8.666/1993.
- 15.1.1. O CRC não substituirá os documentos referentes à Qualificação Técnica.
- **15.1.2.** O pregoeiro verificará a situação do licitante no Certificado de Registro Cadastral. Caso o mesmo esteja com algum documento vencido, deverá apresentá-lo juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, salvo os documentos de Regularidades Fiscais e Trabalhistas acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

15.2. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:

- **15.2.1.** Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação referente à regularidade fiscal.
- **15.2.2.** Os documentos obtidos através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 9

- **15.2.3.** Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.
- **15.2.4.** Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.
- **15.2.5.** O licitante NÃO CADASTRADO no CRC junto à Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR deverá apresentar os documentos relacionados a seguir.

15.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **15.3.1. REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- **15.3.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- **15.3.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- **15.3.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **15.3.5. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:
- a. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa, (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c. Ata de fundação da cooperativa;
- d. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e. Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f. Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou:
- g. Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 10

15.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **15.4.1. Comprovação de aptidão** para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.
- **15.4.2. Alvará de Funcionamento da Empresa** expedido por órgão público municipal da sede ou domicílio da licitante.
- **15.4.3. Termo de responsabilidade** do técnico responsável no Brasil pelo produto cotado, caso o mesmo seja importado.

15.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **15.5.1.** Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por quem de competência na sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.
- **15.5.2.** No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação da Certidão exigida no **subitem 15.5.1** acima.
- **15.5.3. BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- **15.5.4.** COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA atestada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial do licitante, demonstrando que a empresa apresenta índice de Liquidez Geral (LG) maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), calculada conforme a fórmula abaixo:

Onde:

LG – Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante:

ARLP - Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PELP - Passivo Exigível a Longo Prazo.

- **15.5.5.** No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial.
- **15.5.6.** No caso das demais sociedades empresárias, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário estes termos devidamente registrados na Junta Comercial constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 11

folhas nos quais se acha transcrito ou autenticação na junta comercial, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

- **15.5.7.** No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando no balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.
- **15.5.8.** No caso de sociedade simples e cooperativa o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.
- 15.5.9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% da estimativa de custos, que deverá ser comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.
- 15.5.10. Caso a licitante cote mais de um lote, o valor do patrimônio líquido deverá corresponder ao somatório dos lotes dos quais for vencedor.

15.6. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **15.6.1.** PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.
- a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL;
- **b.** CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO.
- c. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.
- **15.6.2.** CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.
- **15.6.3.** No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados, para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:
- **a.** DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.
- **b.** ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 12

- **c.** RELAÇÃO DOS COOPERADOS que produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.
- **15.6.4.** Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.
- **15.6.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943.
- **15.6.6.** O licitante deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.854/1999 conforme Anexo III Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor.

16. OUTRAS DISPOSIÇÕES

- **16.1.** Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação do pregoeiro, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.
- **16.2.** A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

17. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- **17.1.** Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, tomando-se como parâmetro, para tanto, o menor preço coletado, ou, na sequência, a média de preços, sempre buscando alcançar a maior vantajosidade.
- **17.1.1.** A disputa será realizada por lote, sendo os preços registrados em ata, pelo valor unitário do item.
- 17.1.2. A proposta final global por lote não poderá conter item com valor superior ao estimado pela administração, sob pena de desclassificação, independente do valor total do lote, devendo o licitante readequar o valor do(s) item(ns) e lote(s) aos valores constantes no mapa de preços que compõe o processo licitatório do qual este Edital é parte integrante.
- **17.1.3.** Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele Termo de Referência; e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 13

- **17.1.4** Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.
- **17.1.5.** O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocado na ordem de classificação, no "chat de mensagem", para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no lote, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência, observado o **item 12.6.1**.

18. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS:

- **18.1.** Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.
- **18.1.1.** Com preços superiores aos LOTES constantes no Termo de Referência no processo em epígrafe, após a fase de lances ou comprovadamente inexequíveis.
- **18.1.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **19.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <u>licitacao@fortaleza.ce.gov.br</u>, informando o número deste pregão no sistema do Banco do Brasil e o órgão interessado, além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e email).
- **19.1.1.** Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, após pronunciamento do órgão de origem, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações.
- **19.2.** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, protocolada na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza **CLFOR**, no endereço constante no **subitem 7.1 deste edital**.
- **19.3.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente, **exceto** se tratar de matéria de ordem pública.
- **19.4.** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, enviar a petição de impugnação juntamente com os autos processuais para que a autoridade competente decida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **19.5.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados e será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **14**

- **19.6.** As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- **19.7.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **20.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões por escrito, devidamente protocolada na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR, no endereço constante no **subitem 7.1** deste edital. Os demais licitantes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.
- **20.2.** Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.
- **20.3.** A falta de manifestação, conforme o subitem 20.1 deste edital importará na decadência do direito de recurso.
- **20.4.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **20.5.** A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, nos endereços eletrônicos constante no **subitem 5.1**. deste edital.

21. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **21.1.** A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.
- **21.2.** A homologação dar-se-á pela autoridade competente.
- **21.3.** Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos lotes, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo IV deste edital.
- 21.3.1. Será incluído na respectiva Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do artigo 11, inciso II do Decreto Federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013.
- **21.4.** Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante o gestor a fim de







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 15

assinarem a Ata de Registro de Preços. O prazo de comparecimento poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

- **21.5.** Quando o vencedor não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.
- **21.6.** O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **22.1.** O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Fortaleza e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- **22.1.1.** O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 14, do Decreto Municipal nº 11.251/2002 e na legislação pertinente, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:
- I. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- II. Multa cumulativa com as demais sanções, conforme estabelecido nos artigos 50 e 51 do Decreto Municipal nº 13.735/2016.
- **22.2.** O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.
- **22.3.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

23. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **23.1.** A **Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR** será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.
- **23.2.** A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo IV será assinada pela **Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR**, órgão gestor do Sistema de Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, pelo titular da







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **16**

Secretaria Municipal da Saúde e pelos representantes de cada um dos fornecedores legalmente credenciados e identificados.

- **23.3.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores, bem como dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
- **23.3.1.** O registro a que se refere o **item 23.3** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.
- 23.4. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 8.666/1993, sendo assegurada ao detentor do Registro de Preços a preferência em igualdade de condições.
- **23.5.** O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos fornecedores detentores de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.
- **23.6.** Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos a serem definidos no instrumento contratual e nos locais especificados no anexo I do Termo de Referência deste edital.
- **23.7.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o §2º do artigo 29 do Decreto Municipal nº 12.255/2007.
- **23.8.** Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.
- **23.8.1.** As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão Interessado, ao somatório do quantitativo estabelecido no Decreto Federal nº 7.892/13.
- **23.9.** Caberá ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos interessados da Administração Pública, proceder a indicação do fornecedor detentor do preço registrado, obedecida a ordem de classificação.
- 23.10. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração pública, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.







EDITAL №. 3812/2017

PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 17

- **23.11.** A **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA CLFOR** providenciará a publicação do extrato da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município e através de meio eletrônico.
- **23.12.** Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no §1º do art. 27, do Decreto Municipal nº 12.255/2007.
- **23.13.** A **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA CLFOR** convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- **23.14.** Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata, poderá convocar os demais fornecedores classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.
- **23.15.** Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.
- **23.16.** As alterações dos preços registrados, oriundas da revisão dos mesmos, serão publicadas no Diário Oficial do Município e através da internet.
- **23.17.** As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo IV Minuta da Ata de Registro de Preços.
- **23.18.** As quantidades previstas no Anexo I Termo de Referência deste edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- **24.1**. O licitante que deseje cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor terá o prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contados da adjudicação na plataforma do Banco do Brasil, para manifestar-se neste sentido, via e-mail institucional, indicando o número do Pregão Eletrônico e o(s) lote(s), bem como sua respectiva identificação, com CNPJ, Razão Social.
- **24.1.1** A ausência de manifestação dentro do referido prazo será considerada como negativa do licitante em fazer parte do cadastro de reserva da respectiva Ata de Registro de Preços.
- **24.1.2** Após a homologação do resultado da licitação, a ata da sessão do pregão eletrônico será anexada à Ata de Registro de Preços, indicando os licitantes que tiverem aceitado cotar o produto com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do <u>art. 11, inc. II do Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro de 2013</u>.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 18

- **24.1.3** Se houver mais de um licitante na situação de que trata o **item 24.1.2** os licitantes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a etapa competitiva.
- **24.2.2**. O registro a que se refere o **item 24.1.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para ser utilizado nas hipóteses em que o vencedor, quando convocado, não assinar a ata de registro de preços (art. 13, parágrafo único do Decreto Federal nº. 7.892/13) ou tiver seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº. 7.892/2013 (art. 11, § 3º. do Decreto Federal nº. 7.892/13), oportunidade em que poderá ser revogada a adjudicação e a homologação já efetivadas, isso sem prejuízo da aplicação das cominações previstas em Lei e/ou no edital.
- **24.1.5**. A habilitação dos fornecedores remanescentes que compõem o cadastro de reserva será efetuada no prazo e condições estabelecidos no edital.

25. DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **26.1.** Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.
- **26.2.** É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.
- **26.3.** O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará **DESCLASSIFICAÇÃO** ou **INABILITAÇÃO**.
- **26.4.** Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao licitante, ainda que se trate de originais.
- **26.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR.
- **26.6.** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **26.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

- **26.8.** Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada, inclusive pelo pregoeiro. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.
- **26.9.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **26.10.** O pregoeiro poderá sanar erros formais e/ou materiais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e os licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.
- **26.11.** Todas e quaisquer comunicações com o Pregoeiro deverão se dar por escrito, com o devido protocolo com sede na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR, através de *fac símile* para o número (85) 3252.1630, via e-mail institucional **licitacao@fortaleza.ce.gov.br.** ou no próprio chat da plataforma do Banco do Brasil, "sala virtual" onde estará acontecendo o certame.
- **26.11.1.** Fica terminantemente proibido ao Pregoeiro prestar quaisquer informações sobre o pregão já publicado e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame.
- 26.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.
- **26.13.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.
- **26.14.** A apresentação, por parte dos licitantes, de DECLARAÇÃO FALSA relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, e art. 37 da Lei Complementar nº 123/2006, independentemente da adoção de providências quanto à responsabilização penal, com fundamento no art. 90 da Lei nº 8.666/93 e art. 299 do Código Penal Brasileiro.
- **26.15.** Serão considerados como não apresentadas as declarações, não assinadas pelo representante legal da empresa ou seu procurador, considerando-se, diante da ausência de assinatura, desclassificada a proposta ou inabilitada a empresa, conforme a fase em que a declaração deva ser apresentada.
- **26.16.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.





EDITAL №. 3812/2017

PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 20

27. DOS ANEXOS

27.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo pa	arte:
---	-------

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS ANEXO III – DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO ANEXO VI - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Fortaleza - CE, _	de	de 20
CIENTE:		

Joana Angélica Paiva Maciel Secretária Municipal da Saúde

DECLARO que após a revisão dos termos do presente Edital constatei que o mesmo está em conformidade com as disposições legais.

Indangélica Ribeiro Cunha Coordenadora Jurídica/SMS OAB/CE 11.634





EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 21

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SMS
- 2. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS UNIDADES HOSPITALARES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
- **2.1.** Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento por **DEMANDA**.

3. JUSTIFICATIVA:

Considerando que a rede de atenção secundária à saúde do município de Fortaleza é composta por nove hospitais e um Centro de Especialidades Médicas e atende a uma população estimada em mais de 2.591.188 (dois milhões quinhentos e noventa e um mil e cento oitenta e oito) habitantes. Os nove hospitais da rede municipal contam com setor de urgência e emergência para atender os casos de demanda referenciada e também espontânea.

Considerando que o hospital é uma unidade de saúde, funciona 24 horas e no ambiente hospitalar são realizadas as atividades de investigação, diagnóstico e tratamento de doenças que podem ser desenvolvidas em regime de internamento ou ambulatório e não fazem parte das atribuições das unidades de atenção primária ou básica.

Considerando que existe também a preocupação da Gestão Municipal na adoção de medidas para garantia do acesso à população com investimentos no sistema de saúde da atenção secundária com a contratação de serviços de manutenção, reforma e ampliação inicialmente dos Hospitais Distritais: Evandro Ayres de Moura (Frotinha do Antônio Bezerra), Maria José Barroso de Oliveira (Frotinha Parangaba), Edmilson Barroso de Oliveira (Frotinha de Messejana), Gonzaga Mota – Barra do Ceará (Gonzaguinha da Barra) e Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição (Conjunto Ceará), que tem como objetivo a promoção de melhorias em suas estruturas físicas aumentando a capacidade de atendimento, proporcionando conforto, segurança e humanização na assistência aos usuários.

Pelo exposto acima, somos favoráveis pela aquisição de mobiliários para essas unidades hospitalares, contempladas com a reforma e ampliação visando suprir as demandas de atendimento, equipando e modernizando suas estruturas e instalações físicas existentes e as novas estruturas construídas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOS QUANTITATIVOS

4.1. Especificação Detalhada:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
1	BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO -				







EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

Cuna: acrílico; Estrutura: aço/ferro pintado; Prateleira: possui; Rodízio:	UNID	20	R\$ 691,00	R\$ 13.820,00
possui;Regulagem: possui (que permita inclinaçãoTrendelemburg e Póclive).				

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
2	CARRO MACA PARA OBESO - Confeccionado em chapa de aço carbono de 0,90 mm; Estruturado com tubos de aço carbono de 25 x 25 x 1,20 mm; O leito pode ser removível ou fixo; Com pára-choque para proteção de parede; Cabeceira móvel com regulagem de altura através de cremalheira. Carro: Confeccionado em tubos de aço carbono de Ø 1 ¼ x 1,20 mm e travessas de tubos de aço carbono de Ø 1" x 1,20 mm; Grades Laterais confeccionadas em tubos de aço inoxidável de Ø 1" x 1,20 mm e travessa em tudo de aço inoxidável Ø ¾ x 1,20 mm; Rodízios giratórios de Ø 6", sendo 2 com freios em diagonal; Acabamento em pintura eletrostática à pó com anterior tratamento antiferruginoso, secagem em estufa; Dimensões: 1,90 x 0,90 x 0,80 (C x L x A); Capacidade: 180 Kg; Peso: 30 Kg.	UNID	5	R\$ 9.150,00	R\$ 45.750,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
3	MESA DE MAYO - Mesa auxiliar móvel, regulável. Tipo mayo, com bandeja inox e rodízios, para uso em procedimentos de anestesia e/ou cirúrgicos em geral. Material de Confecção - aço inoxidável.	UNID	44	R\$ 289,00	R\$ 12.716,00
LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QT D	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
4	MESA CIRÚRGICA ELÉTRICA - Mesa cirúrgica elétrica, radiotransparente, para				





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

procedimentos de alta				
complexidade. Características				
técnicas mínimas: Tipo de				
acionamento deverá ser elétrico por				
•				
controle remoto para os seguintes	LINUD	ارا	DA 45	D A 4 -
movimentos: Regulagem de altura,	UNID	1	R\$ 45.998,00	R\$ 45.998,00
Trendelemburg, reverso do				
Trendelemburg e lateralidade .				
Movimento longitudinal manual ou				
elétrico.; Além desses, deve permitir				
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
as seguintes posições: Renal;				
Semiflexão de perna e coxa; Flexão				
abdominal; Semissentado.				
Movimentos da mesa: Altura				
ajustável; Trendelemburg; Reverso				
do Trendelemburg; Lateral esquerda				
e direita; Movimento longitudinal do				
tampo para ambos os lados.				
Capacidade de peso: pacientes até				
220 Kg, no mínimo; Material: Mesa:				
Tampo Radiotransparente,				
permitindo utilização do				
intensificador de imagem; Coluna e				
Base: devem ser constituídas de				
aço inoxidável; Base: deve ser				
provida de sistema de				
movimentação e fixação;				
Colchonete: deve ser translúcido,				
antiestático, leve e de fácil				
manipulação. Deve ser revestido de				
material impermeável e sem				
costuras. Acessórios Mínimos: 01				
arco de narcose; 01 suporte para				
renal; 01 par de suportes de braço;				
01par de porta-coxa; 01 par de				
suportes laterais; 01 par de				
ombreiras; 01 jogo de colchonete				
impermeável e sem costura; 01				
bandeja porta cassete; 01 gaveta				
ginecológica, cabo de alimentação				
padrão ABNT. Bateria interna				
recarregável; Alimentação elétrica a				
ser definida pela entidade				
solicitante.				
 Containo				

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
5	MESA DE CURATIVO - Mesa de apoio em inox e rodízios.	UNID	17	R\$ 531,66	R\$ 9.038,22







EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
6	MACA DE TRANSFERÊNCIA - Dois carros. Estrutura e leito em aço inox com grades laterais em aço inox e laterais e suporte de soro com colchonete.	UNID	10	R\$ 3.125,00	R\$ 31.250,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
7	CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA - Material de Confecção Estrutura/Leito em Chapa (aço/ferro pintado, acionamento por Manivelas, Cabeceira/Peseira (Madeira-Fórmica, grades Laterais (Aço Inoxidável), com rodízios e acompanhado de colchão Hospitalar (Mínimo D 28).	UNID	40	R\$ 1.895,00	R\$ 75.800,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
8	SUPORTE DE SORO -				
"	Confeccionado em aço, tipo	UNID	100	R\$ 161,20	R\$ 16.120,00
	pedestal, altura regulável e rodízios.				

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
9	MESA DE CABECEIRA - Mesa de cabeceira da cama hospitalar, utilizada para guarda ou apoio de acessórios. Material de confecção: madeira/ mdp/ mdf/ similar; Gaveta: possui; Portas: possui; Rodízios: possui.	UNID	40	R\$ 494,00	R\$ 19.760,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
10	ESCADINHA 2 DEGRAUS - Confeccionado em aço.	UNID	90	R\$ 99,90	R\$ 8.991,00





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
11	MESA DE EXAME - Em inox, fixo, elevação da cabeceira em três níveis.	UNID	23	R\$ 490,00	R\$ 11.270,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
12	BIOMBO - Em material de aço/ferro pintado, com rodízios e triplo modulado.	UNID	40	R\$ 319,00	R\$ 12.760,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
13	CADEIRA RECLINÁVEL - Cadeira reclinável 2 posições, coberta em courino e rodízios	UNID	27	R\$ 2.500,00	R\$ 67.500,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
14	CADEIRA RECLINÁVEL - Cadeira reclinável 2 posições, coberta em courino e rodízios	UNID	8	R\$ 2.500,00	R\$ 20.000,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
15	CARRO DE EMERGÊNCIA - Carro confeccionado em aço inox na estrutura/gabinete, com suporte e cilindro de oxigênio, suporte de soro, suporte de cardioversor e três gavetas e rodízios resistentes	UNID	8	R\$ 1.497,61	R\$ 11.980,88

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
16	BIRÔS COM GAVETA - Dimensões aproximadas de 120cm X 70cm X75cm; Painel frontal recuado com três gavetas laterais com chave; Revestimento em laminado melamínico na cor cinza claro; Tampo com perfil em PVC flexível arredondado a 180 de 30mm; Base dupla em tubo de aço 30x50 pintado	UNID	25	R\$ 295,03	R\$ 7.375,75





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

com tinta epóxi-pó após tratamento anti ferruginoso.		

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
17	ARMÁRIO FECHADO COM DUAS PORTAS - Dimensões mín/mat. Confecção:1,80 x 0,75 m/ aço.	UNID	5	R\$ 502,50	R\$ 2.512,50

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
18	CAMA PRÉ-PARTO, PARTO E PÓS-PARTO - Cabeceira e peseira removíveis em poliuretano injetado ou material compatível. Estrado articulado, com estrutura em tubos de 25 x 25 x 1,2mm e 50 x 30 x 1,5mm (aproximadamente), totalmente revestido em ABS de alto impacto, possibilitando os movimentos Trendelemburg, reverso do trendelemburg, elevação do dorso e elevação do leito. Sistema de acionamento através de comando elétrico com controle remoto a fio ou nas grades, com dispositivo de segurança e sistema de bateria. Grades laterais em poliuretano injetado ou material compatível, móveis pelo sistema semi-giro, permitindo que fiquem acima e abaixo do leito. Equipada com um par de porta-coxas estofados, com altura reguláveis e anexos em inox. Um par de barras de apoio com altura regulável, em aço inox, localizada nas laterais do leito.Um par de apoio para os pés, com altura regulável e estofados.Bacia em aço inox localizada sob a peseira, para coleta de resíduos. Permite, através de dispositivo, a retração da parte das pernas. Suporte de soro em aço inox, com altura regulável. Tratamento antiferruginoso, acabamento em pintura eletrostática a pó, excelente	UNID	6	R\$ 8.230,00	R\$ 49.380,00





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

provida de para-choque redondo nos	
4 pontos da cama para proteção de parede.Rodízios de, no mínimo 4 polegadas de diâmetro, com sistema	
de movimento/freio acionado por um único pedal, colocado em dois lados	
da base da cama.Acompanha colchão de espuma revestido em	
courvim, de acordo com as partes do leito da cama.Capacidade: 180 kg, Alimentação elétrica.	

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
19	CAVALINHO PARA EXERCÍCIO DURANTE TRABALHO DE PARTO - Assento ativo para parturientes com balanço-cavalinho para parto normal com posição verticalizada e inclinada para frente podendo, desta forma aliviar a dor na contração. Construção tubular em aço pintado a pó eletrostático com ponteira em PVC, assento e apoio revestidos em espuma e courvim; apoio dos braços com altura regulável fixada por manipulo de travamento e removível para facilidade de transporte e armazenamento. Dimensões: aproximadamente 42cmx comp 82 cm x altura do assento; 45 cm e altura do apoio dos braços de 71 a 87 cm.	UNID	9	R\$ 1.418,13	R\$ 8.508,78

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
20	para descarte de lixo hospitalar contaminado, uso nas salas operatórias e leitos de parto. Material de Confecção - Aço inox. Rodízios: possui. Tampa acionada por pedal abre e fecha. Capacidade para 10 Litros.	UNID	60	R\$ 250,00	R\$ 15.000,00





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

	LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
2	1	CADEIRA TIPO SECRETARIA COM RODIZIOS - Assento e encosto individuais, em madeira, estofamento em espuma injetada, revestida em tecido 100% poliésteer, cor azul; Estrutura em tubo de aço redondo 7/8, pintado em tinta epóxipó, após tratamento anti-ferruginoso; 05 (cinco) patas com rodízio duplos; Base giratória com regulagem de altura do assento e regulagem de altura e inclinação do encosto, com no mínimo quatro posições para cada regulagem; Haste ligação entre o assento e o encosto em aço, com alma interna de aço para maior reforço, e mecanismo de livre flutuação.	UNID	25	R\$ 230,00	R\$ 5.750,00

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL	
22	BELICHE EM MADEIRA COM COLCHÃO - Beliche de alta resistência madeira acompanhado de colchão solteiro tamanho padrão densidade aproximada de D 28 coberto em napo, cor azul.	UNID	32	R\$ 1.250,00	R\$ 40.000,00	

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
23	POLIPROPILENO DE 03 LUGARES SEM BRAÇOS - Assento e encosto confeccionados em polipropileno injetado superanatômico na cor. AZUL TRANSLÚCIDO. Estrutura confeccionada em tubo de aço industrial com 02 barras na horizontal em tubo 20x40 parede de no mínimo 1,20 de espessura. Pés emestrutura dupla no sentido vertical paralelas e uma na horizontal ambas em tubo de aço industrial 20x40 parede de no mínimo 1,20 de	UNID	25	R\$ 387,44	R\$ 9.686,00





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

espessura. Todas as junções realizadas através de solda tipo MIG. Suporte do encosto duplo confeccionado em tubo oblongo 16x30 parede de no mínimo 1,50 de espessura, soldado a estrutura. Assento fixado na estrutura através de 04 parafusose encosto fixado através de pino encaixe em polipropileno. A tinta utilizada para pintura deve ser a pó, do tipo híbrida (poliéster – epóxi) na cor a definir, com camada de 60 microns. Todas as peçaspintadas devem ser curadas em estufa a temperatura de no mínimo 180°C. Todos os topos dos tubos deverão ser fechados por ponteiras em polipropileno injetado de encaixe. Na parte frontal do encosto deverá ser estampado em baixo relevo o nome do órgão (a ser definida posteriormente) em modo	
de encaixe. Na parte frontal do encosto deverá ser estampado em	
centralizado com letras de aproximadamente 2cm de altura. Dimensões mínimas: Assento: 0,46 x 0,41m (LxP) Encosto: 0,45 x 0,33m (LxA) Comprimento da	
longarina completa: 1,4.	

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
24	em X. Com assento e encosto em nylon. Apoio removível com trava camuflada, para braços. Apoio removível e elevável, para pernas. Bolsa no encosto para prontuário. Suporte para soro. Regulável em altura. Rodas traseiras aro 24, com pneus maciços. Rodas dianteiras aro 06, com pneus maciços. Apoio independente para os pés (reversíveis). Freio. Aro com borracha com friso. Suporte de hidratação em aço inoxidável. Suporte para cilindro de O2. Almofadas densidade 28kg/m3. Estrutura em aço carbono, pintura epóxi.	UNID	19	R\$ 590,00	R\$ 11.210,00





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 30

OTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
25	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS - Cadeira giratória, assento e encosto em compensado multilaminado de 10mm espuma em poliuretano injetada, revestida em courissimo ou tecido, acabamento nas bordas em PVC flexível. Apoio de braços com regulagem de altura através de botão acionado por pressão na lateral do mesmo. Regulagem em até 10 posições. Capa protetora e apoio de braços confeccionado em polipropileno injetado anatômico para melhor apoio do usuário. Base pneumática com regulagem de altura 05 rodízios de duplo giro.	UNID	10	R\$ 253,10	R\$ 2.531,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 554.708,13

VALOR GLOBAL DA LICITAÇÃO É DE R\$ 554.708,13 (QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E OITO REAIS E TREZE CENTAVOS).

4.2. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS GERAIS:

- **4.2.1.** Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.
- **4.2.3.** Todos os produtos deverão ser novos.
- **4.2.4.** O licitante **declarará** que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo Pregoeiro ou pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR, como: laudos técnicos de análises do produto, amostras e outras, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.
- **4.2.5.** Declaração da licitante constando o prazo de garantia dos produtos contra quaisquer defeitos de material, fabricação ou desgaste anormal de seus componentes para os lotes constantes no presente edital que não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, bem como, nome, CNPJ, endereço e telefone da empresa prestadora da garantia local.
- **4.2.6.** Durante todo o período de garantia quaisquer peças que necessitem substituição, assim como a visita do técnico, o serão sem ônus para o Município e ainda dará manutenção para o perfeito funcionamento dos equipamentos.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 31

- **4.2.7.** Os materiais dos produtos devem atender aos critérios de proteção, durabilidade, qualidade e conforto. Os itens que não atenderem a estes critérios, apresentarem defeitos ou não atenderem as especificações presentes neste caderno, serão recusados.
- **4.2.8.** Os objetos constantes deste pregão eletrônico devem ser fornecidos devidamente embalados, para que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento.
- **4.2.9.** Os artigos deverão apresentar embalagem e todos os manuais de instruções em língua portuguesa.
- **4.2.10**. O recebimento do produto deverá ser acompanhado por um responsável, que deverá averiguar se a mercadoria entregue segue as especificações exigidas.
- **4.2.11.** O licitante arrematante deve apresentar certificados ou relatórios de desempenho dos produtos de laboratórios para os ensaios de resistência, durabilidade, entre outros acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia **INMETRO**.
- **4.2.11.1.** O licitante deverá, sob pena de desclassificação, apresentar Certificado de conformidade com as NBR's especificadas para cada produto, emitido pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como deverá apresentar também, quando necessário, a comprovação de atendimento à Norma Regulamentadora Nº 17 emitida por profissional competente certificado pela **ABERGO** Associação Brasileira de Ergonomia.
- **4.2.12**. As madeiras maciças utilizadas nos produtos devem ser oriundas de áreas de reflorestamento em conformidade com a legislação vigente ou de áreas de florestas nativas com projetos de manejo florestal aprovados por órgãos oficiais. As chapas e derivados de madeiras devem ser oriundos de áreas de reflorestamento em conformidade com a legislação vigente e deverão ser cobrados certificados que comprovem a produção realizada com técnica de manejo florestal aprovada por órgãos especializados destes insumos.
- **4.2.13.** O licitante vencedor deverá ter equipe de manutenção na região metropolitana de Fortaleza-CE.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- **5.1.** As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, consignadas à dotação orçamentária a seguir discriminada:
- 25.916.10.302.0123.2631.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira HDEBO**.
- 25.914.10.302.0123.2628.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900, dos recursos provenientes do **Hospital Nossa Senhora da Conceição HNSC.**
- 25.910.10.302.0123.2623.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura HDEAM.**
- 25.911.10.302.0123.2624.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira HDMJBO**.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 32

• 25.908.10.302.0123.2621.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900, dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Gonzaga Mota / Barra do Ceara – HDGMBC**.

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. Os produtos serão solicitados pela Contratante e deverão ser entregues no endereço relacionado abaixo, conforme o seu destino, ou em outro local previamente indicado pela Contratante, dentro do perímetro urbano da Capital, no prazo de até **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir da retirada ou envio da nota de empenho à empresa vencedora e os produtos deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

	LOCAL DE ENTREGA						
Seq.	Órgão/Entidade	ENDEREÇO					
01	Hospital Distrital Gonzaga Mota da Barra do Ceará - HDGMBC	Av. I, nº 1130 – Conjunto Nova Assunção – Barra do Ceará – (85) 3452.2415					
02	Hospital Distrital Maria José Barroso - HDMJBO	Av. General Osório de Paiva, nº 1127 - Parangaba (85) 3131.7322 / 3131.7319					
03	Hospital Nossa Senhora da Conceição - HNSC	Rua 1018, nº 148, 4ª Etapa – Conjunto Ceará (85) 3452.6701					
04	Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira - HDEBO	Av. Perimetral, S/N – Messejana (85) 3105.1556					
05	Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura - HDEAM	Rua Cândido Maia, nº 294 – Antônio Bezerra – (85) 3488.3221					

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2. Quanto ao recebimento:

- **6.2.1. PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.
- **6.2.2. DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.
- **6.2.3.** O objeto contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações deste Termo será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o vencedor a substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem ônus para a CONTRATANTE, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo da entrega.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 33

7. DO PAGAMENTO

- **7.1.** O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do órgão participante e será efetuado até 30(trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, no Banco do Brasil.
- **7.1.1.** A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.
- **7.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **7.3.** É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.
- **7.4.** Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:
- **7.4.1.** Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- **7.5.** Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **8.1.** O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Fortaleza e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- **8.1.1.** O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 14, do Decreto Municipal nº 11.251/2002 e na legislação pertinente, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:
- I. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 34

- II. Multa cumulativa com as demais sanções, conforme estabelecido nos artigos 50 e 51 do Decreto Municipal nº 13.735/2016.
- **8.2.** O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.
- **8.3.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- **9.2.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **9.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- **9.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- **9.5.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- **9.6.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **9.7.** Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo(s) órgão, contado da sua notificação.
- **9.8.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- **9.9.** Os produtos deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações do Termo de Referência, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.





EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 35

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **10.1.** Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.
- **10.2.** Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- **10.3.** Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- **10.4.** Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- **10.6.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua publicação.

13. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Caberá à **Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR** o gerenciamento da Ata de Registro de Preços, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Municipal nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art.57, caput, da Lei nº. 8.666/93), contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93.





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **36**

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

À								
Central	de Licitações da Prefeitura de Fortale	eza						
Ref.: Pre	Ref.: Pregão Eletrônico nº							
A propos seus and	sta de preços encontra-se em confor exos.	midade com a	as informaçõ	ões previstas r	no edital e			
 F C E R domicílio T E 	 Endereço completo: Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio): Telefone, celular, fax, e-mail:							
3. Forma	ação do Preço							
	LO	TE						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)			
/ALOR GLOBAL /alor por extenso ()								

Local e data

Assinatura do representante legal (Nome e cargo)





EDITAL №. 3812/2017

PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **37**

ANEXO III - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

MODELO - EMPREGADOR PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA

(Identificação do licitante), inscrito no CPF/CNPJ nº _______, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito anos e em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data

Assinatura do representante legal (Nome e cargo)





EDITAL Nº. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. Nº. P596622/2017

FL. | 38

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº/20 SMS Pregão Eletrônico nº Processo nº P596622/2017
Aos dias do mês de de 20, na sede da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza – CLFOR, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Município em/_/20, às fls, do Processo nº P596622/2017, que vai assinada pelo titular da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, pela Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza – CLFOR, órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente instrumento fundamenta-se:
I. No Pregão Eletrônico nº
II. Na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos Decretos Municipais nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, nº 12.255, de 06 de setembro de 2007, nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014, publicado D.O.M de 30 de dezembro de 2014, no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U de 24 de janeiro de 2013, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e no disposto no presente edital e seus anexos.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente Ata tem por objeto O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS UNIDADES HOSPITALARES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL do Pregão Eletrônico nº que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, e será incluído, na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme consta nos autos do Processo nº P596622/2017.
Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas obedecidas à legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência em igualdade de condições.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 39

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberá a Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR - o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Municipal nº 13.512, de 30/12/2014, publicado D.O. M. de 30/12/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da publicação desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelos mesmos.

Subcláusula Primeira – O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

Subcláusula Segunda - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 12.255/07.

Subcláusula Primeira - Competirá a Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, órgão gestor do Sistema de Registro Preços, o controle e administração do SRP em especial, as atribuições estabelecidas Decreto Municipal nº 13.512, de 30/12/2014, publicado D.O.M. de 30/12/2014.

Subcláusula Segunda - Caberão ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 14, do Decreto Municipal n° 12.255/2007.

Subcláusula Terceira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- a) Atender aos pedidos efetuados pelo (s) órgão (s) ou entidade (s) participante (s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência;
- b) Fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do Sistema de Registro de Preços.
- c) Responder no prazo de até 5 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **40**

d) Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

Subcláusula Quarta - Caberá a contratada providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas das signatárias desta Ata, os quais estão relacionados e em consonância com o Termo de Referência, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras aquisições, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 27, do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, nas situações previstas no art. 28 do Decreto Municipal nº 12.255/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO

As aquisições dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessados e o fornecedor.

Subcláusula Primeira - Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelos órgão(s) participante(s), ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Subcláusula Segunda - Neste caso, o órgão(s) participante(s) comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Subcláusula Primeira – Quanto à entrega:

a. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e locais estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do edital, os quais deverão conter marca e quantidade de cada lote/item, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 41

- **b.** Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- **c.** A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no edital será exclusiva do servidor autorizado pelo órgão participante, encarregado de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento de objeto da Ata, conforme o art.67 da Lei 8666/93.

Subcláusula Segunda – Quanto ao recebimento:

- **a. PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.
- **b. DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do(s) órgão(s) participante(s) e será efetuado após a emissão de empenho, no prazo de 30(trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, no Banco do Brasil.

Subcláusula Primeira – A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

Subcláusula Segunda – Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Su	bcl	áu	sula Ter	ceira	– É ve	dad	a a reali	zação	de	pagamento	antes	da	exec	ução	do (objeto
ou	se	0	mesmo	não	estiver	de	acordo	com	as	especificaçã	ies do	Ar	nexo	I — '	Tern	no de
Re	ferê	nc	ia do edi	tal do	Pregão	Ele	etrônico	nº								

Subcláusula Quarta – Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

a) Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.

Subcláusula Quinta – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.





EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 42

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Subcláusula Primeira - O fornecedor que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 11251/2002, bem como, outras condutas estabelecidas na forma da lei, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multa cumulativa com as demais sanções, conforme estabelecido nos artigos 50 e 51 do Decreto Municipal nº 13.735/2016.
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza CLFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

Subcláusula Segunda – O fornecedor recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

Subcláusula Terceira – Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura
Entidade Participante	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura
<u></u>					
Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura







EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **43**

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _	/20_	MAPA DE PREÇOS
DOS BENS		_

Este docun	nento é part	e da Ata de	e Registr	o de F	Preços acim	na referenc	ciada, c	elebrada	a entre a
Secretaria	Municipal	da Saúde	- SMS	e os	fornecedo	res, cujos	preços	estão	a seguir
registrados	, em face da	a realização	do Preg	ão Ele	etrônico nº _		_•		

LOTE	CÓD LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO LOTE	FORNECEDORES	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO





EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 44

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº Processo nº P5 9									
CONTRATO						F	(0)		A
			, AB	AIXO	QUALIFIC	CADOS,	PARA) FIM	QUE
NELE SE DECL	ARA.								
0		cit	uada(o)	na			i	necrita/o	\ no
O CNPJ sob o nº _ representada(o) Carteira de Ider		, Sit	dorava	ante de	nominada	(o) CON	, ' TRATAN	ΓΕ neste	e ato
representada(o)	pelo		_, aoravi	anto de	, i i o i i i i i a a a	. (nacior	nalidade).	portado	or da
Carteira de Ider	ntidade nº		. е	do CF	PF nº	_, (********	,,	, resider	nte e
domiciliada(o) e	m (Munic	ípio - UF)	 , na					···	e a
domiciliada(o) e		·			com		sede	·	na
			C	FP·		Fon	е.		
inscrita no C	PF/CNPJ	sob o	nº			, do	ravante	denomii	nada
CONTRATADA, da Carteira de lo domiciliada(o)	represent	ada neste a	ito pelo ₋			, (na	acionalida	de), port	ador
da Carteira de lo	dentidade i	າ ^o	,	e do C	PF n⁰			_, resideı	nte e
domiciliada(o) e	em (Munic	ipio - UF)	, na						tëm
entre si justa e		a a celebr	açao do	prese	ente contr	ato, med	liante as	clausula	as e
condições segui	ntes:								
CLÁUSULA PR	IMEIRA –	DA FUNDA	MENTA	ÇÃO					
1.1. O presente seus anexos, os 8.666/1993, com de seu objeto.	preceitos	do direito p	oúblico,	a Lei F	ederal nº	10.520/20	002 e a L	.ei Feder	al nº
CLÁUSULA SE	GUNDA –	DA VINCU	LAÇÃO	AO ED	DITAL E A	PROPOS	STA		
2.1. O cumprime	ento deste	contrato e	stá vinci	ılado a	os termos	do edital	l do Prea	ão Fletrá	nico
nº									
parte deste instr							i, 00 qua	10 00110111	
	,				3				
CLÁUSULA TEI	RCEIRA –	DO OBJET	ГО						
3.1. CONSTITUTURAS E EV HOSPITALARE MESES, DE AC ANEXO I – TER	ENTUAIS S DO MI SORDO C	AQUISIÇÕ UNICÍPIO OM AS ES	ES DE DE FOI PECIFIC	MOBIL RTALE CAÇÕE	JÁRIO PA ZA, PELO S E QUA	RA ATE	NDER AS	UNIDA	DES



4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob a forma parcelada, nos termos estabelecidos na Cláusula Nona do presente instrumento.







EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 45

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO	
5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$(), sem direito a reajustes.	

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- **6.1.** O pagamento advindo do objeto do Contrato será proveniente dos recursos da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza, será efetuado após a emissão de empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, no Banco do Brasil.
- **6.1.1.** A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.
- **6.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **6.3.** É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico n°______.
- **6.4.** Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:
- **6.4.1.** Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista.
- **6.5.** Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.
- **6.6.** Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, somente será pago o que efetivamente for solicitado via ordem de compra ou entregue de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial.
- **6.7.** Se o objeto não for entregue conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento regular.
- **6.8.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação correrão pelas fontes de recursos abaixo consignadas:







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **46**

- 25.916.10.302.0123.2631.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira HDEBO**.
- 25.914.10.302.0123.2628.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900, dos recursos provenientes do **Hospital Nossa Senhora da Conceição HNSC.**
- 25.910.10.302.0123.2623.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura HDEAM.**
- 25.911.10.302.0123.2624.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900; dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Maria José Barroso de Oliveira HDMJBO**.
- 25.908.10.302.0123.2621.0001, Elemento de Despesa: 339030; fonte 0 900, dos recursos provenientes do **Hospital Distrital Gonzaga Mota / Barra do Ceara HDGMBC**.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

- **8.1.** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, improrrogável (art.57, caput, da Lei nº. 8.666/93), contado a partir da sua publicação, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- **8.2.** O prazo de execução do objeto deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, após emissão de empenho.

CLAÚSULA NONA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- **9.1.** Quanto à entrega:
- **9.1.1.** O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e locais estabelecidos no Anexo I Termo de Referência do edital.
- **9.1.2.** Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- **9.2.** Quanto ao recebimento:
- **9.2.1. PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.
- **9.2.2. DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **47**

- **10.2.** Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **10.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- **10.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- **10.5.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- **10.6.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **10.7.** Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I Termo de Referência do edital, no prazo fixado pela CONTRATANTE, contado da sua notificação.
- **10.8.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- **10.9.** Os produtos deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações do Termo de Referência, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **11.1.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, após emissão de empenho.
- **11.2.** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- **11.3.** Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- **11.4.** Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.







EDITAL №. 3812/2017 PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | 48

- **11.5.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
- **11.6**. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a). _______, _________, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **13.1.** No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:
- **13.1.1.** Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- **13.1.2.** Multa cumulativa com as demais sanções, conforme estabelecido nos artigos 50 e 51 do Decreto Municipal nº 13.735/2016.
- **13.1.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA CLFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.
- **13.2.** Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrado em processo de execução.
- **13.3.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **14.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.
- **14.2.** Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto







EDITAL №. 3812/2017
PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **49**

no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro do Município de Fortaleza, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante) CONTRATANTE	(nome do representante) CONTRATADO(A)
Testemunhas:	
(nome da testemunha 1) RG: CPF:	(nome da testemunha 2) RG: CPF:
Visto:	
(Nome do(a) procurador(a)/assessor(a	a) jurídico(a) da CONTRATANTE





EDITAL №. 3812/2017

PREGÃO ELETRÔNICO №. 022/2018 - COMPRA

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. №. P596622/2017

FL. | **50**

ANEXO VI - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

O Município de Fortaleza vem, por meio desta, apresentar justificativa acerca da não participação de Empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio no presente procedimento licitatório.

Acerca dos Consórcios, este Município informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 33 da Lei n.º 8.666/93. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, e isto traria riscos para a contratação, porque tal empresa poderá, de repente, ter os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas, com graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município.

Outro aspecto importante na vedação de participação de empresas em regime de consórcio é quanto à expertise técnica, na comprovação de execução de serviços semelhantes aos de maior relevância. A comprovação da qualificação técnica tem como finalidade gerar para a administração a presunção de que se o licitante já executou com sucesso objeto similar tem condições para assim fazê-lo novamente. Essa presunção se forma com base na experiência obtida pelo licitante com o exercício dessas atividades pretéritas. A qualificação técnica de determinada empresa não é algo que possa ser emprestado para outra pessoa jurídica, justamente por haver nela um caráter *intuitu personae*, e como tal, resta claro que pertencer ao consórcio não legitima a equivalência entre a experiência dessas empresas. Portanto, permitir que uma empresa, utilize a expertise de outra para adjudicar para si o objeto da presente licitação não é razoável, visto que embora pertencentes ao consórcio, é certo que estas empresas não atuaram de forma conjunta na obtenção desses atestados.

Joana Angélica Paiva Maciel Secretária Municipal da Saúde



